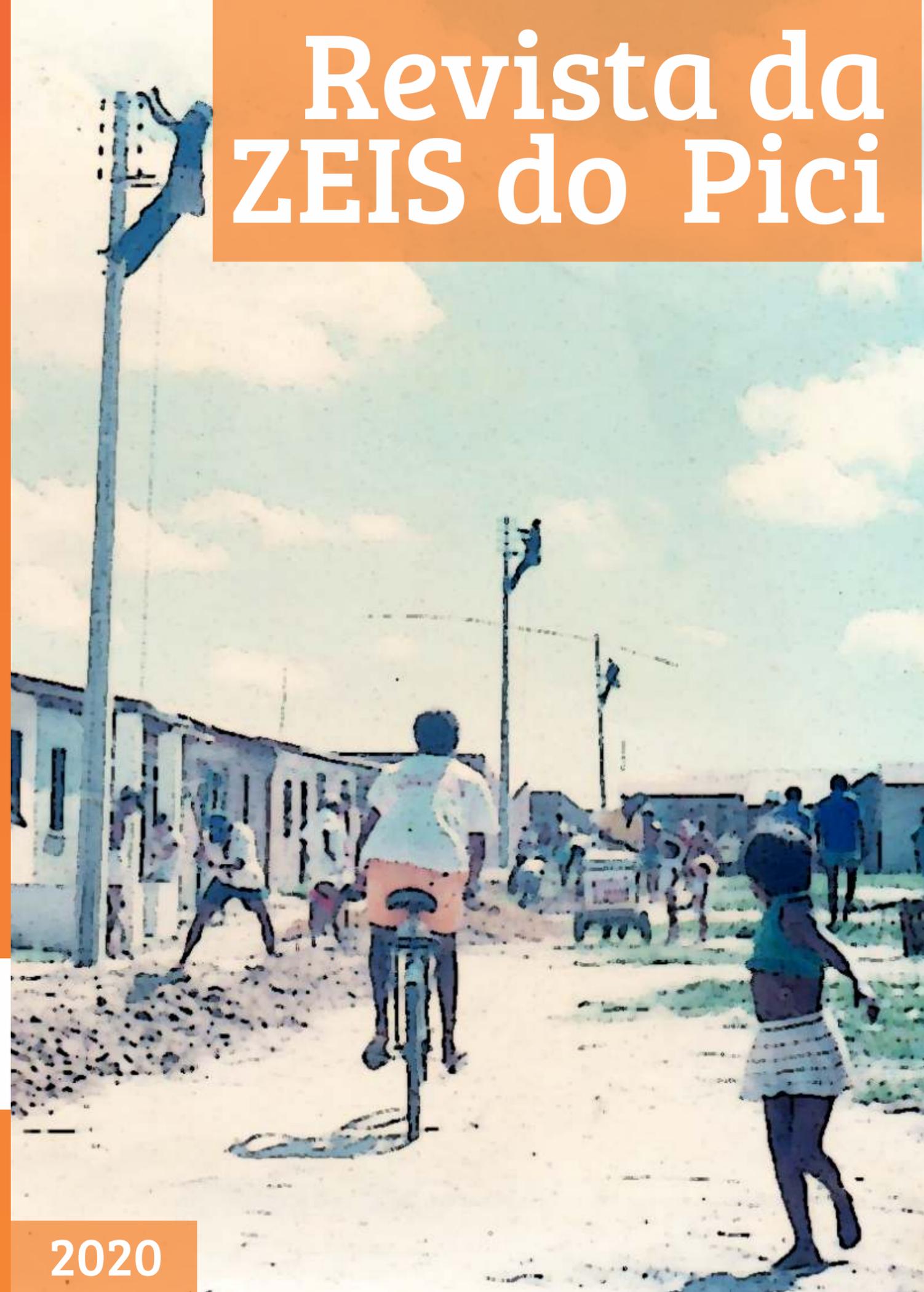


Revista da ZEIS do Pici



Realização:



**Prefeitura de
Fortaleza**
Instituto de Planejamento
de Fortaleza



FICHA TÉCNICA

Coordenadora geral: Irllys Alencar Firmo Barreira
Equipe técnica: Genilria Almeida Rios
Luíza Perdigão
Equipe de apoio: Lorena Gomes Nicolas Gonçalves e Costa
Vanessa Pereira

EQUIPE POLÍTICAS PÚBLICAS

Coordenadora de área: Roselane Gomes Bezerra
Equipe técnica: Suely Salgueiro Chacon
Valdiana Silva de Oliveira
Marcelo Rodrigues Rabelo
Ruy Aurélio Batista Rolim de Souza
Gabrielly Sousa Andrade
Naiara Tainá de Souza Maia
Larissa da Silva Ferreira
Amon Elpídio da Silva
Gerardo Aguiar Vale Neto
Luiz Wanderley Lima Filho

EXPEDIENTE REVISTA

Texto: Suely Salgueiro Chacon
Marcelo Rodrigues Rabelo
Valdiana Oliveira
Diagramação: Marcelo Rodrigues Rabelo
Valdiana Silva de Oliveira
Design Gráfico: Marcelo Rodrigues Rabelo
Valdiana Silva de Oliveira
Revisão: Roselane Gomes Bezerra
Suely Salgueiro Chacon



**Prefeitura de
Fortaleza**
Instituto de Planejamento
de Fortaleza



Introdução

A revista da ZEIS do Pici busca partilhar informações sobre as políticas urbanas, no tocante aos marcos legais que levaram a construção das ZEIS, ao direito à cidade e uma breve apresentação da realidade do território. A revista ficou dividida da seguinte forma:

- Apresentação dos marcos legais, conceito de ZEIS e do PIRF;
- Uma breve apresentação da realidade coletada através do diagnóstico do PIRF, denominada no capítulo “Quem somos?”

- Na sequência apresentamos as principais demandas dos moradores coletadas através do diagnóstico com propostas de como buscar resolvê-las no capítulo “O que queremos x como fazer”, além de uma proposta para a criação de um observatório no território
- Por fim apresentamos um tópico sobre boas práticas para o cotidiano.

Aproveite a leitura, essa revista é fruto de uma construção coletiva!

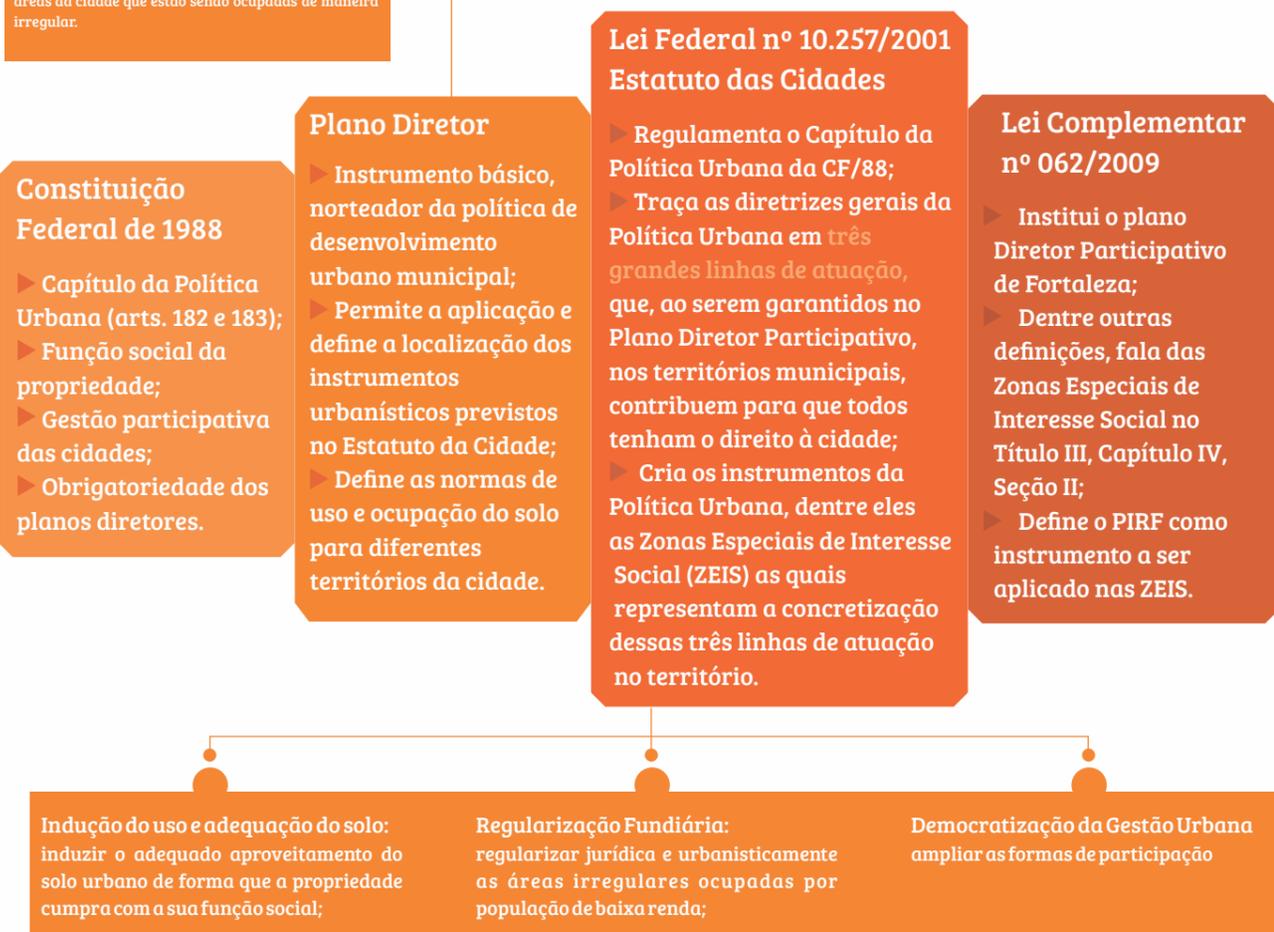
Como tudo começou?

A luta por moradia digna é uma constante na vida dos moradores de regiões antes esquecidas pelo poder público. Conseguir qualidade de vida em meio a tantos problemas demonstra que a população dessas áreas busca, sobretudo, permanecer em sua região e apresentar que essas áreas possuem coisas que vão além dos problemas. Mostraremos abaixo como a luta foi transformada em leis para garantir os direitos dos moradores.

Os marcos legais

Também estabelece as áreas para construção de moradias populares, de proteção ambiental, alternativas para transporte público e implantação de equipamentos, determina o destino das áreas da cidade, que hoje estão vazias, Determina a regularização das áreas da cidade que estão sendo ocupadas de maneira irregular.

“O direito à cidade é muito mais do que a liberdade individual para acessar os recursos urbanos: é o direito de mudar a nós mesmos, mudando a cidade.”¹



Mas afinal, o que é o PIRF?

É o Plano Integrado de Regularização Fundiária, um instrumento previsto no Plano Diretor Participativo de Fortaleza para as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS),

localizadas em toda a cidade de Fortaleza.

Trata-se de um conjunto de ações integradas, elaboradas pelo município de Fortaleza, Universidades e moradores da área. Objetiva

o desenvolvimento global da região em seus aspectos urbanísticos, socioeconômicos, de infraestrutura, jurídicos, ambientais, de mobilidade e de acessibilidade urbana¹.

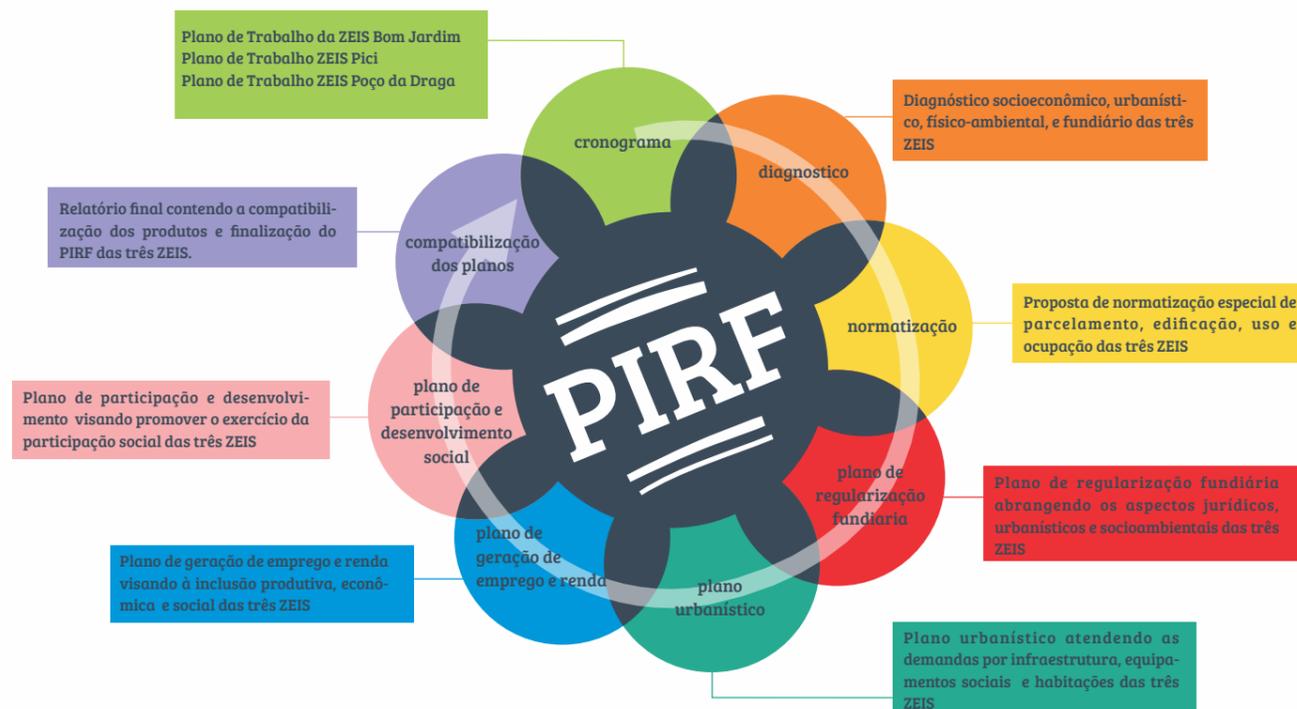
Logomarca do Plano realizado pela Universidade Federal do Ceará (UFC) com as comunidades do Bom Jardim, Pici e Poço da Draga. Design: Jeferson Carvalho e Matheus Müller.



Como o PIRF pode me ajudar?

Após aprovado pelo conselho gestor e comunidade, esse plano servirá como instrumento de luta por direitos da comunidade.

Etapas do PIRF



E o que são as ZEIS?

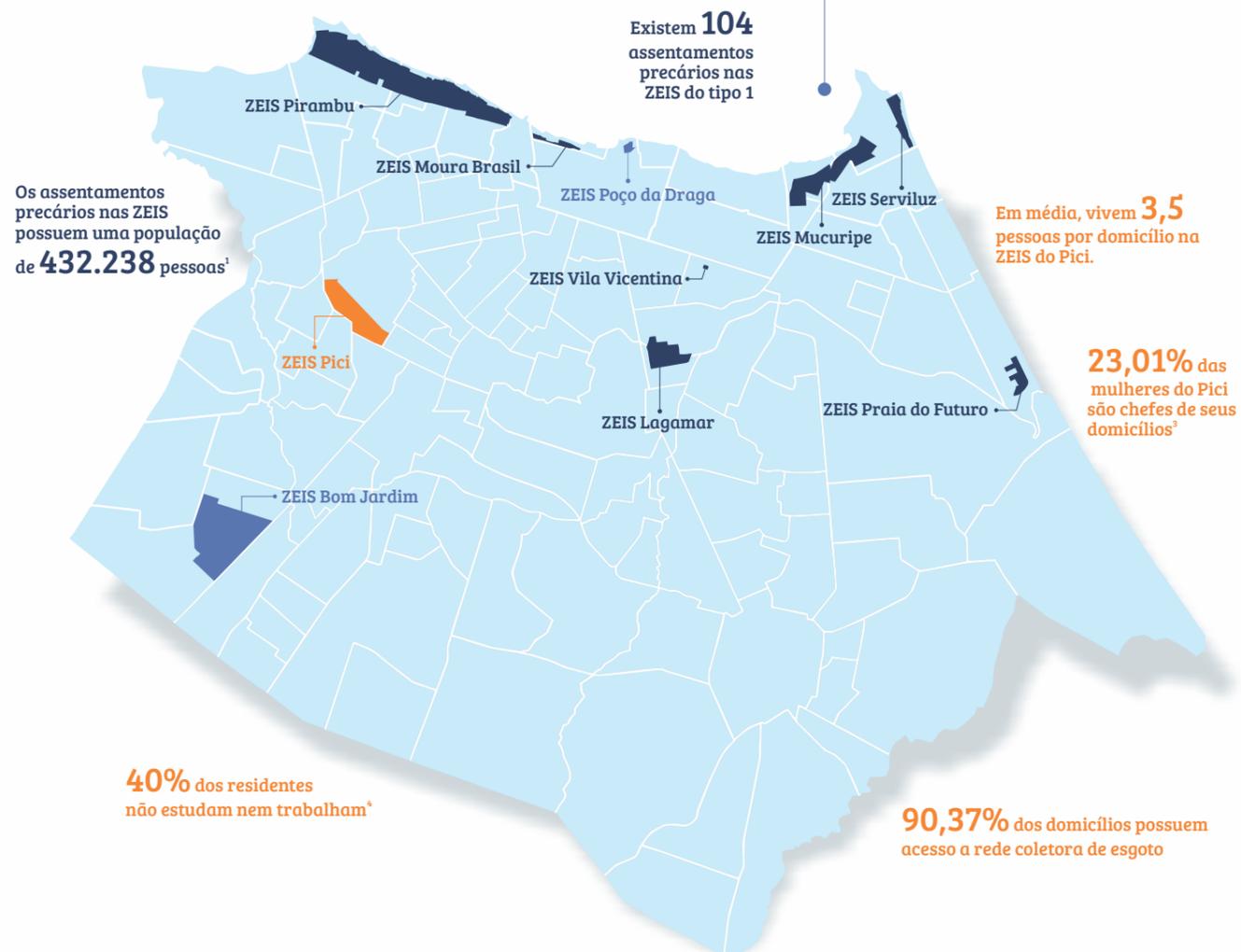
São Zonas Especiais de Interesse Social. Nas ZEIS as normas de ocupação do espaço podem ser diferentes do resto da cidade, sendo garantido aos moradores a permanência na área onde vivem, de forma regularizada, nos aspectos urbanísticos, jurídicos e sociais.

Existem no município de Fortaleza 135 ZEIS, sendo 45 do tipo 1, 56 do tipo 2 e 34 do tipo 3². A ZEIS do Poço da Draga enquadra-se no tipo 1.

No Plano Diretor de 2009, 10 das 45 ZEIS do tipo 1, foram consideradas do tipo prioritárias, onde os planos de regularização devem ser

preparados. A UFC é a responsável por elaborar o PIRF de **3 ZEIS**, são elas: Pici, Poço da Draga e Bom Jardim.

O processo é participativo e deve levar em consideração a voz que ecoa nas comunidades para que as demandas sejam sanadas.



¹ Instituto de Planejamento de Fortaleza. Relatório das ZEIS. Fortaleza: Iplanfor, 2015b.
² Fonte: SEINFRA 2001 Poço da Draga. Sistema de cadastro do senso habitacional. Fortaleza: novembro de 2001.
³ Fonte: IBGE, 2010
⁴ Fonte: Diagnóstico Sócioeconômico, físico ambiental, Urbanístico e fundiário do PIRF (UFC)

O Direito à cidade:

O Direito à Cidade surge como resposta às desigualdades sociais produzidas no âmbito urbano, que se manifesta na dualidade: cidade dos ricos e cidade dos pobres; cidade legal e cidade ilegal; concepção da cidade como mercadoria que resulta na

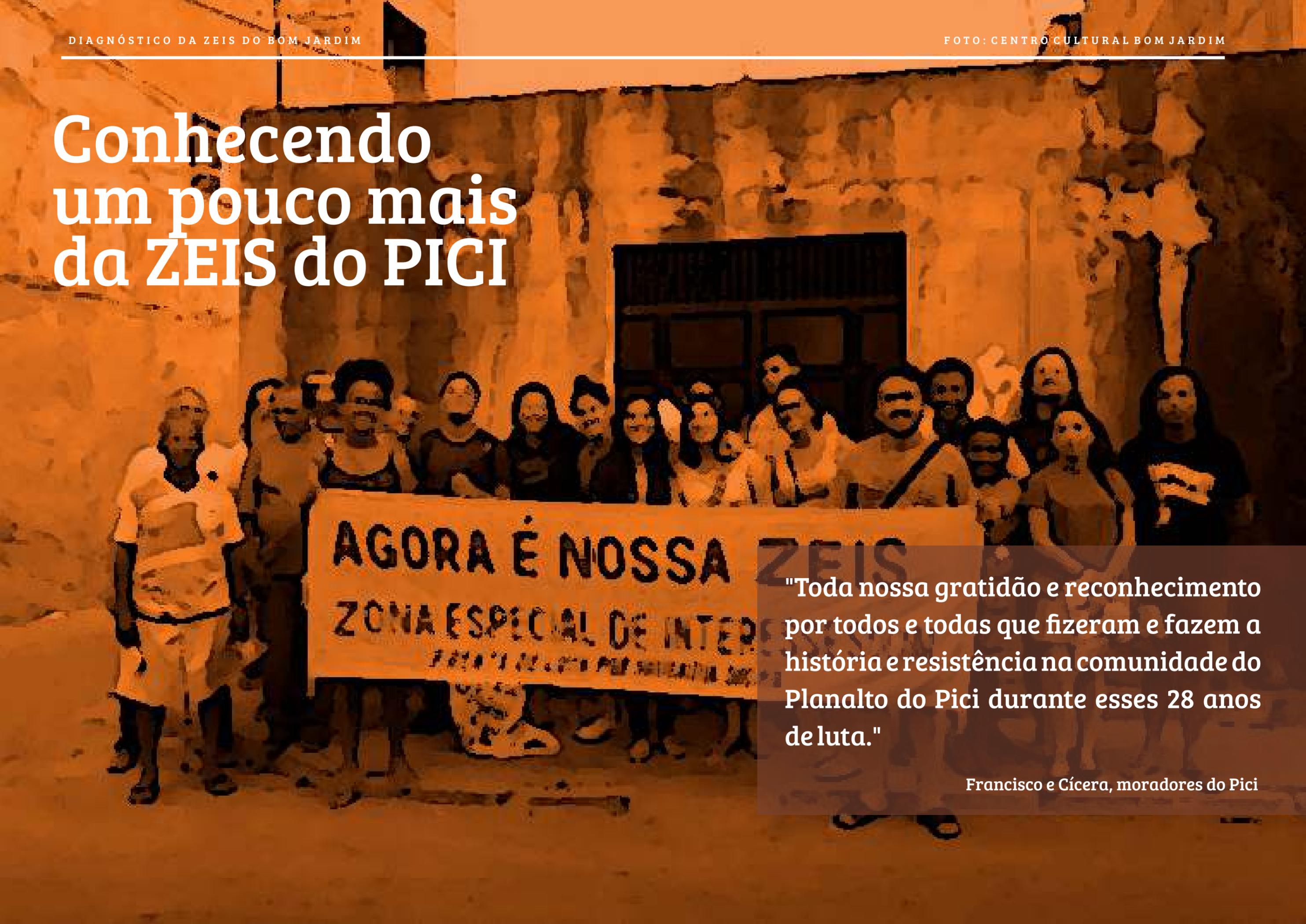
exclusão da maior parte dos habitantes através da segregação espacial; mercantilização do solo urbano e valorização imobiliária.

Cabe ao poder público através das políticas urbanas buscar construir cidades justas, inclusivas, com

partilhadas, dignas, pacíficas, solidárias e cidadãs. E a nós cidadãos, cabe a compreensão de que nossas ações individuais resultam no respeito ao interesse de todos e que a participação deve ser o instrumento para modificar a nossa realidade.



Conhecendo um pouco mais da ZEIS do PICI

A group of approximately 15 people, including men and women of various ages, are standing in front of a building with a textured, light-colored facade. They are holding a long, white banner with black text. The banner reads "AGORA É NOSSA ZONA ESPECIAL DE INTERESSE SOCIAL DO PLANALTO DO PICI". The people are dressed in casual clothing, and the overall atmosphere is one of community and solidarity.

AGORA É NOSSA
ZONA ESPECIAL DE INTERESSE SOCIAL
DO PLANALTO DO PICI

"Toda nossa gratidão e reconhecimento por todos e todas que fizeram e fazem a história e resistência na comunidade do Planalto do Pici durante esses 28 anos de luta."

Francisco e Cícera, moradores do Pici

Quem Somos?

A ZEIS do Pici está localizada no bairro do PICI, na zona oeste de Fortaleza na Regional III, ao lado de um grande equipamento, o Campus da Universidade Federal do Ceará.

Segundo o pesquisador de memoralista Miguel Ângelo de Azevedo, o nome deriva quando quando o agrimensor Antônio Braga denominou o sítio de sua família situado naquela área de "Pecy", em homenagem aos persona-

gens Pery e Cecy do romance "O Guarani", de José de Alencar. O vocábulo parece ter origem indígena e significa coceira, talvez produzida por urtigas espalhadas pela região.



Mapa da área (em laranja) correspondente a ZEIS do Pici¹

A formação do tecido urbano do bairro Pici, de acordo com Freitas e Lima (2012), iniciou na década de 1960 com ocupações irregulares,

ao mesmo tempo em que loteamentos e conjuntos habitacionais em bairros próximos começavam a se expandir.

A luta por reconhecimento

do Pici como ZEIS foi fruto da mobilização da comunidade desde o ano de 2005. Vitória que pode promover mudanças positivas na região.

Dados Gerais

Demográficos

Área:
86,5 ha

População¹:
26.302

ha= hectare
Densidade Demográfica:
301,69 hab/ha

Educação

32%²
dos moradores têm ensino fundamental incompleto

23%
dos moradores têm ensino médio completo

2%
não sabem ler ou escrever

Econômicos

51%²
dos moradores está desempregada

40,6%
recebe 1 a 2 salários mínimos

33,3%
recebe até 1 salário mínimo

Pessoas por domicílio

8%²
residências com apenas 1 morador

21%
residências com 4 moradores

30%
residências com 5 ou mais moradores

Tempo de moradia

13,9%²
vive há mais de 40 anos no bairro

71,1%
vive há mais de 10 anos no bairro

11,7%
vive há menos de 10 anos no bairro

O que queremos / Como fazer

Estimular vagas para o Programa Jovem Aprendiz (menos para faxineira), com estágios para menores de idade, criar Banco Popular e Cooperativa de Crédito

O programa Jovem Aprendiz foi criado pelo Governo Federal através da lei 10.097/2000. A lei permite a contratação de jovens de 14 a 24 anos que estejam cursando/concluído escola ou frequentem curso técnico conveniado com a empresa. Lembrando que a idade máxima prevista não se aplica a aprendizes com deficiência.

Onde se cadastrar: Várias instituições anunciam vagas para vagas de jovens aprendiz como o Nube, Catho e o CIEE.

Como organizar um cadastro coletivo: Sugerimos que a comunidade através de seus coletivos organizem uma lista de candidatos com dados pessoais, aptidões, interesses e histórico escolar. O cadastro pode ser feito através dos sites dessas instituições e, caso haja uma dificuldade dos jovens em fazer o cadastro, os coletivos podem organizar um modo de fazê-lo, visto que não só o titular pode realizar o cadastro.

Criação do Banco Popular

Passo
01



IDENTIFICAÇÃO

Nessa fase os estudos são importantes para certificar as condições necessárias para organização do Banco comunitário.

- 1- Identificar a organização local que irá desenvolver as ações;
- 2- Busca parceria com o poder público, Universidades e iniciativa privada para apoio;
- 3- Listar grupos produtivos locais e empreendimentos solidários interessados.

Passo
02



PREPARAÇÃO

Fase de capacitação dos agentes de crédito e sensibilização dos moradores e comerciantes da comunidade.

- 1- Reunião com apoiadores para definição de suas atribuições;
- 2- Oficina sobre experiências de outros bancos;
- 3- Oficina de economia solidária com os moradores;
- 4- Oficina de mapeamento da produção e consumo local;
- 5- Curso de agente e gerente de crédito.

Passo
03



IMPLANTAÇÃO

1- Oficina de planejamento para determinar o funcionamento do Banco, nome, produtos, gestão, parcerias etc;

- 2- Oficina de treinamento da equipe e criação dos instrumentos de gestão (formulários, fichas de cadastro, definição de política de juros, sistema de avale etc);
- 3- preparação e edição do material gráfico do Banco e da moeda local;
- 4- Lançamento do banco e assessoria à equipe de gestão.

Passo
04



CONSOLIDAÇÃO

Na consolidação busca-se superar as dificuldades encontradas no processo inicial e continuar com as ações planejadas.

- 1- Buscar consultorias para avaliação das ações do Banco;
- 2- Reuniões com o poder público e Universidades;
- 3- Articulação com novos parceiros;
- 4- Aperfeiçoamento dos agentes e gerentes de créditos;
- 5- Campanhas para divulgação das ações do Banco.

como fazer

Deficiência e/ ou ausência de infraestrutura: não tem pavimentação (muitos buracos no Mutirão da Urucutuba), falta de sinalização nas ruas (ocorrem muitos acidentes), não tem acessibilidade, falta de iluminação pública e não tem água encanada em alguns setores da ZEIS.

Sugerimos aos moradores que apresentem ao executivo a necessidade da população através da Secretaria Regional 12, pois cabe a essa identificar e articular o atendimento às necessidades e demandas da população além de promover o desenvolvimento urbano, ambiental e social. Os dados contidos no diagnóstico podem servir de base para apresentação dessas

demandas que dificultam a vida da população.

Além disso os moradores podem formar comissões como a prevista no PIRF, para manter aberto essas discussões junto ao poder público.

No caso das demandas desse tópico, elas poderiam ser apresentadas em um ofício com lista dos problemas e fotos em anexo.

como fazer

Transferir o Centro Socioeducativo do Canindezinho; Ter mais segurança no transporte coletivo; Reeducação do policiamento; construção de torres de segurança em Nova Canudos e Marrocos; Abrir um posto policial no Santo Amaro (rua Nova Conquista); Instalar mais cabines da PM e abrir uma Delegacia da Mulher; Mais rotas de policiamento à noite

Para transferência de um equipamento é necessário que a população traga estudos que mostram que parte da população não utiliza o mesmo com a finalidade a qual foi destinado. Isso pode ser encontrado no Diagnóstico Sócio Econômico da equipe do PIRF.

Além disso é preciso que existam espaços vazios que justifiquem a mudança do equipamento. Seria interessante a comunidade compilar os motivos para a realocação e indicar ao executivo o espaço ideal para o mesmo.

Isso serve para a criação de outros equipamentos como torres de segurança e delegacias. O importante é que a comunidade se mobilize para articular junto ao poder público.

Quanto as outras demandas a Secretaria de Segurança Pública disponibiliza canais de comunicação com a comunidade

para compreender os pontos onde a violência é mais alta e, assim, poder buscar mecanismos para coibir esses atos.

No que tange a Segurança Pública, sabemos que essa demanda não depende unicamente dos moradores. É preciso um esforço do Poder Público para que haja uma mudança efetivamente.

O Governo do Estado desde 2015 promove o «Ceará Pacífico», um programa de governo que pretende mudar a maneira como a polícia atua no combate à violência. Uma das premissas é aproximação com a comunidade para que os crimes sejam resolvidos sem que seja necessário morte de pessoas sem julgamento ou inocentes.

Como se trata de um programa recente, sugerimos que a comunidade oficialize um pedido junto a Vice-governadoria para realização de um simpósio sobre o programa para dirimir dúvidas sobre o mesmo.

como fazer

Promoção de mais cursos profissionalizantes (estética, mecânico, eletricista, barbearia, inglês, mecatrônica, edificações, auxiliar administrativo, informática e logística); Promoção de cursos preparatórios para o ENEM; EJA; promover cursos voltados para mulheres (costura, manicure, maquiagem, confeitaria, bombeira e pedreira) e cursos em geral (DSTs e mercado de trabalho)

Primeiramente, pensando nos jovens da comunidade, entendemos ser a evasão escolar o motivo da inserção precoce no mercado de trabalho, o que impede o jovem de ter uma capacitação que o permita alcançar postos de trabalho melhores.

Para isso, parcerias com a Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social, com a Coordenadoria de Juventude e com a Secretaria de Educação do município, são importantes na promoção do direito à profissionalização com a integração entre educação básica e educação profissionalizante, dos jovens à partir dos 14 anos de idade.

Também é possível articular junto à Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social parcerias com outras instituições que promovam os cursos que valorizem a expertise dos moradores, e que estimulem a economia criativa. Além disso seria importante que os moradores que possuem

essas expertises busquem atuar em conjunto buscando fomentar novas forças produtivas e de instauração de novas relações de produção, promovendo um processo sustentável de crescimento econômico, que preserve a natureza e redistribua os frutos do crescimento a favor dos que se encontram marginalizados da produção social.

Como dito anteriormente, é necessário os moradores se articulem em conjunto para fornecer essas necessidades ao Poder Público. Entendemos que políticas públicas devem ser direcionadas levando em consideração as características e desejos dos seus moradores.

Para tanto, organizar e compilar esses dados são fundamentais para que o executivo, seja prefeitura ou governo do estado, busquem soluções a partir do que lhes é esperado e não somente desenvolver políticas públicas generalistas apenas porque funcionaram em outro território.

como fazer

Promoção de mais cursos profissionalizantes (estética, mecânico, eletricista, barbearia, inglês, mecatrônica, edificações, auxiliar administrativo, informática e logística); Promoção de cursos preparatórios para o ENEM; EJA; promover cursos voltados para mulheres (costura, manicure, maquiagem, confeitaria, bombeira e pedreira) e cursos em geral (DSTs e mercado de trabalho)

Aqui nessa revista propomos modelos simples de cartilhas sobre Educação Ambiental. O ideal seria uma parceria dos moradores com a Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente para a confecção de cartilhas educativas a serem distribuídas junto aos moradores.

Novamente fortalecemos que a articulação de moradores junto à Secretaria torna o processo mais fácil de ser resolvido. Inclusive pode-se propor que a mesma disponibilize oficinas nos territórios da ZEIS sobre Educação Ambiental e manutenção de equipamentos públicos.

como fazer

Entendemos que essa demanda deve ser operacionalizada pelo poder público e comunidade além disso, devem ser feitas ações rotineiras e não somente atividades pontuais para que isso seja absorvido por todos.

O processo para resolução dos problemas entre vizinhos deve iniciar antes que os problemas tornem-se maior. O caminho ideal é pactuar soluções através de um mediador de conflitos. O Tribunal de Justiça fornece gratuitamente curso para mediadores através do Nupemec e é disponível para pessoas com qualquer graduação de nível superior.

A mediação funciona de forma simples e rápida. Primeiro, deve haver a aceitação

das partes para participar da mediação. Na sequência, o mediador vai ouvir cada uma delas. Em seguida, seu papel será o de ajudar essas pessoas a obter alternativas nas quais as duas partes ganhem com o acordo. O mediador nunca impõe uma solução, ele ajuda através de uma conversa para que os vizinhos, por exemplo, cheguem a um acordo. Finalmente, esse acordo será escrito e terá o mesmo valor da decisão de um juiz.

Importante salientar que brigas entre vizinhos podem acabar na justiça comum que se arrastam por anos. Por isso é importante fortalecer a prática da mediação que busca a resolução através de acordos em comum.

como fazer

Como criar entidades de Interesse Social ou Associações Representativas

Lutar pelos nossos direitos requer que sejam criadas entidades representativas para defesa dos interesses do território e não somente pa-

ra isso, servem, inclusive, para ajudar moradores que estejam em situação de vulnerabilidade. Com isso, resolvemos de-

envolver um passo a passo para formalização desses entes. Importante destacar que a participação é imprescindível nesse processo.

Passo 01

Convocação das pessoas de uma determinada região que tenham como objetivo de criar uma organização sem fins lucrativos. Nela definem-se:

- Os objetivos;
- A importância;
- Definição dos membros;
- Formar a Comissão de Redação do Estatuto Social.

Passo 02

Formação de uma Assembleia Geral de fundação da entidade, na qual será oficializada com a convocação de todos os interessados. A assembleia deve ser precedida de convite com as pautas, data e local. Além disso deverá ter ata, lista de presença para validação da mesma.

Passo 03

Elaboração de um Estatuto pela comissão, que deverá ler e distribuir uma cópia para cada presente. Cada artigo que a Assembleia achar polêmico ou que seja destacado por qualquer motivo, deve ser discutido, modificado (se necessário) e aprovado.

Passo 04

A eleição da diretoria deve seguir o que foi aprovado no Estatuto. A documentação terá que ser reunida e encaminhada ao Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, Oficial e é específica para cada cartório. Maiores informações constarão no caderno 07 do PIRF.

Proposta para um observatório

A construção de um observatório dentro do território é fundamental para o acompanhamento das políticas públicas e das demandas que a comunidade têm. Além disso, ajuda na articulação dos moradores para busca de parcerias com outras comunidades, Universidades, organizações do terceiro setor e entidades privadas que tenham interesse em desenvolver políticas públicas no território.

A equipe do Plano de Participação e Desenvolvimento Social do PIRF sugere aos moradores a criação desse observatório para que, junto com o Conselho Gestor, possam acompanhar todo o processo de implementação das ações propostas pelo plano, servindo assim como um instrumento de controle social do mesmo.

É importante salientar que esse instrumento servirá para integrar todas as ações que venham ser implementadas dentro do território, além de coletar e informar aos órgãos competentes demandas que possam surgir dentro da comunidade.

A seguir, apresentaremos um modelo para a criação do Observatório de Políticas Públicas na ZEIS do Poço do Draga.

“Através do controle social a sociedade se organiza formal e informalmente para controlar não apenas os comportamentos individuais, mas para controlar as organizações públicas.” (Bresser Pereira, 1997)

Processo de criação e implementação

OBSERVATÓRIO



Nessa etapa, deve-se organizar a missão e os objetivos do Observatório. Quais suas aspirações, o que pretende reunir e como fazer dentro da proposta que lhe será estabelecida. Inicia-se com o objetivo principal que é a proposta geral do Observatório e depois para os objetivos secundários que servirão para alcançar o objetivo geral. Em seguida a construção dos objetivos, desenvolve-se a proposta de missão do Observatório. Nela deverá conter o foco de atuação e a razão da existência do mesmo. Isso ajudará a delimitar as ações e a inspirar os atores que participarão de todo o processo.

O segundo passo refere-se a toda a estrutura do Observatório. Sua localização física, sua organização interna e seus componentes. Sugerimos para essa etapa a divisão entre estrutura técnica e operacional. Na primeira deve-se pensar na base de apoio para o desenvolvimento do trabalho e reuniões, o local onde os documentos ficarão a disposição dos interessados e a rede de informações, que pode ser composta por estudantes, profissionais, universidades etc. A estrutura técnica pode ser composta pelo conselho da ZEIS, representantes de associações, do comércio, do poder público e de um corpo técnico fixo.

Com o planejamento e a estrutura organizacional realizada, deve-se fazer um retorno a missão e aos objetivos do Observatório. É necessário fazer isso para o pleno desenvolvimento das atividades e dos indicadores que balizarão todo o projeto. Dentro dos objetivos secundários desenvolve-se as atividades que deverão ser realizadas para concluir aquele objetivo específico com seu determinado indicador. O indicador é de fundamental importância, a partir dele, podemos evidenciar se a atividade foi realizada, aferir se os objetivos foram alcançados e se existem metas que não foram atingidas, colaborando para a avaliação do produto.

Com todo o projeto do Observatório já organizado, a próxima etapa é colocar em prática tudo que foi planejado. Para cada objetivo teremos atividades referentes ao mesmo que ajudarão a atingir a meta que lhe foi destinada. Cabe aos componentes do Observatório dedicação na conclusão das tarefas de cada objetivo, verificando se a meta foi atingida, podendo inclusive verificar se existem meios mais eficientes para conclusão da atividade. Importante ressaltar a importância do Conselho Gestor como ator nesse processo. Os membros devem atuar no Observatório verificando as atividades aprovadas no PIRF.



Incorporando boas práticas no cotidiano



Políticas públicas não são desenvolvidas apenas pelo poder público. Cabe a população um papel de protagonismo, não apenas na formulação, mas também na conservação das políticas e equipamentos implementados.

Para finalizar essa revista, procuraremos mostrar boas práticas no cuidado ao meio ambiente, na convivência com nossos vizinhos e nos serviços que estejam inseridos no território.

Cuidados com o meio ambiente

Evitando o desperdício de água

5 minutos são suficientes para o banho.

Cada utilização da descarga consome cerca de 15 litros de água.

Ao escovar os dentes ou passar sabonete, feche a torneira.



O uso da mangueira por 10 minutos gasta 186 litros de água. Evite o excesso.

Sempre leve consigo uma garrafa para reabastecer com água sempre que preciso.

A água da chuva pode ajudar a regar plantas, limpar o chão e até dar descarga.

No verão regar as plantas depois das 19h reduz a perda de água pela evaporação.

Cuidados com o meio ambiente

Descarte adequado do lixo

Largar lixo em calçadas, ruas, valas ou terrenos é crime ambiental e gera multa.

Medicamentos não podem ser descartados no lixo comum pois oferecem riscos à saúde.

Ao descartar cacos de vidro, envolva-os em um pedaço de jornal e em seguida, coloque-os em uma caixa.



Materiais como papel, vidro, metal e plástico podem ser reciclados. Separe-os pelo seu tipo.

Pilhas, baterias e eletrônicos devem ser entregues diretamente aos comerciantes para descarte.

Não descarte óleo na pia. Ele pode contaminar o solo e os reservatórios de água.

Cuidando dos espaços públicos

Espaços públicos são locais de encontros que devem ser apropriados pelos cidadãos. São espaços democráticos que revelam a cultura de um lugar, suas vocações, conflitos e contradições. Por essas características devem ser cuidados, não somente pelo poder público, mas por todos que dele usufruem. Além disso, esses espaços não são destinados exclusivamente para um público específico, a diversidade de pessoas estimula a convivência e o respeito ao próximo. Isso garante a vitalidade desses espaços e os tornam bons espaços públicos. Portanto, apesar da responsabilidade do poder público em construí-los, cabe a todos seu bom uso e manutenção garantindo assim, sua sustentabilidade.

Exemplos de espaços públicos

Espaços de circulação: avenidas, ruas, vielas

Espaços de recreação e lazer: praças, parques urbanos, quadras de esportes

Espaços de contemplação: jardins públicos, monumentos

Espaços de preservação: reservas ecológicas, praias, mangues

Espaços públicos com acesso restrito: edifícios, escolas, hospitais, centros de cultura

BOM

Respeito às pessoas

Jogar lixo nas lixeiras

Deixar os acessos livres

Ajudar na limpeza de áreas comuns

Informar ao poder público problemas nos espaços

Integrar a comunidade



RUIM

Vandalizar espaços públicos

Depredar equipamentos

Jogar lixo nas áreas comuns

Bloquear acessos

Não separar o lixo por seu tipo

Deixar entulho e restos de construção nas ruas

